



UNIVERSIDADE EM CRISE

Plano levará USP ao caos, diz sindicato de servidores

Entidades veem proposta de demissões como 'revés' e 'irresponsabilidade'

'Não tenho planos de me aposentar', diz servidora; professor elogia iniciativa, mas teme baixa adesão

DE SÃO PAULO

A aprovação do plano de demissões voluntárias dividiu alunos e professores da USP e foi considerada um "revés" e um "irresponsabilidade" por entidades de funcionários.

Magno de Carvalho, do Sintusp (sindicato de trabalhadores da USP), classifica a medida como um "revés" e afirma que o corte "levará a universidade ao caos". "Temos setores que trabalham no limite de funcionários."

Francisco Miraglia, da Adusp (associação dos docentes), diz que a universidade não é uma empresa. "Temos técnicos centrais em laboratórios, por exemplo. Se demitir, como a reitoria vai fazer? Vai fechar?"

"É uma irresponsabilidade", diz Paulo Rizzo, presiden-

te do Andes (sindicato nacional dos docentes de ensino superior). Para ele, a medida deve aumentar o número de funcionários terceirizados.

Mesma preocupação tem a estudante de letras Isadora Szklo, 22, do Diretório Central dos Estudantes. "[Terceirizados não podem fazer greve."

"Estamos desorientados", afirma uma funcionária de 60 anos, 30 deles na USP. "Ainda vou avaliar se vou aderir, mas com certeza vou perder dinheiro, porque não tenho planos de me aposentar agora."

Luanah Santos, 28, aluna de ciências contábeis, acha que a medida pode ajudar a USP, ainda que só a curto prazo. "Mas deve haver vantagem para os funcionários", pondera.

Já o professor José Carlos Santos, de economia, acha o PDV uma boa solução, mas considera difícil que haja adesão, pois os salários são superiores aos do mercado.

Paulo Matos, 40, que faz mestrado na FEA, diz que "como qualquer empresa" a USP precisa adotar a medida. "É a menos pior". (NC E TB)

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA

Conselho da USP aprova a proposta



O QUE É

O PDV dá a opção a funcionários, preferencialmente os com **20 anos de trabalho** e entre **55 e 67 anos** de idade, de serem demitidos



ECONOMIA

6,5% a 7,5% deve ser a economia nos gastos com folha de pagamentos, segundo a universidade, a partir de **2016**



INDENIZAÇÃO

Além do FGTS, um **salário por ano** trabalhado, até o limite de **R\$ 400 mil**, o que deve custar **R\$ 400 milhões** para a universidade

SITUAÇÃO DA USP

(jan-jun.2014)

Recebeu do Estado



Gastou com folha de pagamento



USP gasta mais de 100% de seu orçamento só com a folha de pagamento

| | |
|-------------------------|---|
| Início das paralisações | 27.mai |
| Piso salarial | Entre R\$ 1.592 e R\$ 13.653 |
| Reajuste pedido | 9,78% para todos os servidores |
| Reajuste oferecido | O conselho aprovou nova proposta de reajuste de 5,2% |
| Inflação | 7,2% (IPCA, desde o último reajuste, em 1º de maio.2013) |

OUTRAS MEDIDAS

- O Conselho já aprovou a transferência do hospital da USP de Bauru para o governo do Estado
- Discussões sobre a passagem do Hospital Universitário para a Secretaria da Saúde foram adiadas

Fonte:USP

Se fosse particular, universidade já teria falido, diz consultor

DE SÃO PAULO

Fosse uma universidade particular, a USP teria ido à falência, diz Carlos Monteiro, consultor que atua na reestruturação de instituições de ensino privadas.

"O percentual alto gasto com a folha de pagamento nas universidades públicas vai se tornando uma crise insolúvel. Aí surge a necessidade de se adotar medidas típicas do mundo empresarial, como o PDV [plano de demissão voluntária]", diz.

Segundo ele, novidade desse caso é uma instituição "de ponta feito a USP" recorrer a essa prática. "Foi uma atitude corajosa."

Em universidades públicas, a medida não é comum. Há precedentes em empresas federais públicas, como a Infraero, ou de economia mista, como a Petrobras.

Com esse programa, a USP pretende reduzir de 106% para 85% o percentual do orçamento dedicado à folha de pagamento.

Para Monteiro, no entan-

to, o ideal é que esse índice ficasse em 70%, de modo a permitir que a USP continuasse a investir em ensino, pesquisa e extensão.

Ele afirma que também é necessário buscar receitas, com "pesquisas que tenham finalidade de gerar negócios" ou cobrança de mensalidades, tema polêmico por se tratar de órgão público.

Professor de direito constitucional na PUC, Marcelo Figueiredo afirma que, do ponto de vista legal, o programa de demissão da USP pode ser questionado, pelo fato de a decisão ter partido do Conselho Universitário, e não de lei estadual.

Na USP, a aprovação à medida não é unânime.

Assim que a proposta foi anunciada, professores da USP em Ribeirão Preto divulgaram manifesto, atribuindo a crise ao aumento expressivo de cursos e de estudantes e aos gastos com aposentadoria.

No mês passado, docentes do Instituto de Biociências também se posicionaram contra o programa. O argumento foi que o número de alunos cresceu sem ter havido investimento do Estado. O governo diz que repassa o previsto em lei.